



Índice

- 01** Confúcio participa de abertura de seminário indígena
- 02** Funai se recusa a prestar esclarecimentos ao STF sobre ampliação da Terra Indígena Kayabi, no Mato Grosso
- 03** Índios armados atacam não indígenas no interior do Maranhão
- 04** Mais Médicos atende demanda e cobre todos os distritos sanitários indígenas
- 05** Urnas serão levadas de barco e avião para aldeias indígenas
- 06** Minas: pesquisa cria ações para prevenir leishmaniose em comunidade indígena
- 07** PF prende indígenas suspeitos de invasão de prédio em Prado
- 08** Terras indígenas no cerrado e na caatinga receberão R\$ 2,8 mi do governo para gestão ambiental
- 09** Projeto de carioca transforma a vida de ribeirinhos no Pará.
- 10** Empresa é acusada de poda acelerada em floresta de povo isolado do Paraguai
- 11** Aprovado mostra comunidades quilombolas do Rio Paraguaçu
- 12** Pesquisa mostra que ribeirinhos podem ter fácil adaptação durante cheia e seca
- 13** Taturana Parabeniza o Prefeito Chico Território pela Preocupação com os Ribeirinhos
- 14** Indígenas e servidores denunciam pressões e ameaças da Sesai para conseguir adesões ao INSI



- 15** BA – Trabalhadores rurais de Pilão Arcado denunciam ameaças por parte de agentes da polícia civil
- 16** Incra inicia relatório técnico de comunidade quilombola da Bahia com história de formação singular
- 17** Colégio deve indenizar coordenadora dispensada por motivo religioso
- 18** Se eles podem, todos podem? Índios se armam e expulsam invasores de Terra Indígena no Maranhão
- 19** Terra Indígena Raposa Serra do Sol vira rota do tráfico de drogas em Roraima
- 20** Projeto sorrisos ribeirinhos
- 21** Povo Apinajé participa de Plebiscito Popular Por Um Novo Sistema Político
- 22** Curso: para enxergar História e Cultura indígenas em SP
- 23** Projeto em regime de urgência simplifica pesquisa, exploração, consentimento e pagamento por uso da biodiversidade brasileira
- 24** Fundo Clima financia projetos em terras indígenas
- 25** Dia da Amazônia: liderança Kaxinawa fala sobre importância da floresta para indígenas
- 26** A identidade da juventude indígena em debate - Bloco 2
- 27** SDR Xanxerê realiza reformas nas escolas indígenas
- 28** Jornal da Band: Ricardo Boechat compara Ministro da Justiça a um palhaço. Justiça manda governo cumprir ordens de reintegração de posse no sul da Bahia



Confúcio participa de abertura de seminário indígena

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 04.09.2014

Confúcio lembrou que em sua gestão os povos indígenas sempre foram atendidos e que as 52 etnias existentes no Estado, com mais de 50 mil pessoas, continuarão recebendo apoio e assistência técnica com um projeto para fortalecer a política indigenista em Rondônia.

O governador Confúcio Moura candidato a reeleição pela coligação "Rondônia no Caminho Certo", confirmou na noite de quarta-feira (3), que participará da abertura do I Seminário de Desenvolvimento Sustentável em Terras Indígenas para a Construção de uma Política Estadual, que será realizado em Porto Velho.

Confúcio recebeu um grupo de líderes indígenas, composto pelos por Inácio Karitiano, Elivar Karitiano, Orlando Karitiano, Reinaldo Karitiano, Ivaneide Karitiano Heliton Gavião e o missionário Wilson Correia, que entregaram ao candidato um documento solicitando apoio ao desenvolvimento para as comunidades indígenas.

No documento eles solicitaram escolas, saúde, estradas e condições para produzir mantendo suas culturas sem devastar e destruir a natureza. Inácio Karitiano, falando em nome do grupo disse que "vamos apoiar o senhor e se o senhor se eleger queremos o seu apoio para resolver as questões indígenas. O senhor foi o primeiro governo que apoiou as demandas indígenas, os governos passados nunca atenderam os nossos pedidos".

Confúcio lembrou que em sua gestão os povos indígenas sempre foram atendidos e que as 52 etnias existentes no Estado, com mais de 50 mil pessoas, continuarão recebendo apoio e assistência técnica com um projeto para fortalecer a política indigenista em Rondônia.

O candidato Confúcio firmou o compromisso de criar uma superintendência junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental-Sedam com o foco para atender os interesses dos povos indígenas junto ao Estado. "Faço esse compromisso com vocês, mas vamos fazer uma coisa planejada, em que o Estado possa ajudar a inserir o índio no processo produtivo baseado no extrativismo", afirmou Confúcio.

Ao final do encontro Confúcio disse que "se me eleger, enviarei um projeto de lei criando uma Superintendência Indígena". A autarquia terá como objetivo prestar assistência técnica e planejamento para atender as comunidades indígenas, com estradas, escolas e equipamentos para a agricultura familiar.

O evento promovido pela Sedam, através dos da Coordenadoria dos Povos Indígenas de Rondônia (Copir), ocorrerá nos dias 11 e 12 deste mês de setembro no Rondon Palace Hotel, na capital a partir das 8h30.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

A realização do seminário pela Copir virá atender as demandas das populações silvícolas que desejam participar das discussões, elaborações e incentivo as políticas públicas voltadas para os povos que vivem e exploram as riquezas da floresta, preservando o meio-ambiente.



Funai se recusa a prestar esclarecimentos ao STF sobre ampliação da Terra Indígena Kayabi, no Mato Grosso

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 04.09.2014

A Fundação Nacional do Índio foi intimada pela segunda vez pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, para prestar esclarecimentos sobre a ampliação da Terra Indígena Kayabi, no norte do Mato Grosso. A ampliação da área foi decretada pela presidente Dilma Rousseff no ano passado, mas o ato foi questionado no STF pelo Estado do Mato Grosso. Responsável pelo processo, o Ministro Luiz Fux determinou a suspensão da demarcação até a apreciação do mérito pelo plenário do STF.

Na tentativa de instruir o processo, Fux solicitou à Funai que informe:

- 1- Quem são os seus possuidores e/ou proprietários, bem como a dimensão de cada uma das propriedades individuais no local e o tempo de posse e/ou propriedade dos não indígenas na área sub judice;
- 2- A quantidade estimada de índios da comunidade Kayabi existentes na região controvertida e que seriam beneficiados com a ampliação da atual área considerada como reserva indígena;
- 3- Se a área ocupada atualmente pela comunidade Kayabi, e que é considerada, de modo incontroverso como indígena, é suficiente, dentro dos padrões brasileiros, para a subsistência da referida comunidade;
- 4- No Brasil, qual a densidade demográfica média nas aldeias indígenas? E qual a densidade demográfica na aldeia em que vive a comunidade Kayabi atualmente? Qual passaria a ser a densidade demográfica no caso de ampliação da área nos termos pretendidos pela comunidade Kayabi?
- 5- Existe exploração econômica/industrial na região sub judice? Existem, no local, empresas com uma quantidade expressiva de empregados que seriam afetados em razão de um provimento judicial liminar nestes autos?

De acordo com o Ministro, essas informações serão necessárias para uma detida avaliação dos efeitos de um eventual prosseguimento do processo de demarcação da área que resulte em uma futura transferência de posses e propriedades à União para o assentamento de índios.

A primeira solicitação de informações do Ministro Luiz Fuz À Funai é de 19 de março, mas a fundação não enviou ao STF as respostas. No último dia 15 de agosto, Fux notificou pela segunda vez à Funai estabelecendo do prazo de 10 dias, já esgotados, para a Fundação responda os questionamentos.

"Expeça-se ofício à Presidência da FUNAI para que esclareça, no prazo improrrogável de 10 dias, a razão para as informações solicitadas no Ofício nº 7.428/2014 ainda não terem chegado



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

ao Supremo Tribunal Federal", diz o Ministro.

A terra indígena Kayabi foi demarcada pela Funai em 1982 com 117.246 hectares. Não satisfeitos, os indigenistas iniciaram um processo de ampliação da área que resultou na demarcação pela presidente Dilma de 1.053.257 hectares como terra indígena. A nova área inclui centenas de imóveis privados cujos títulos foram emitidos pelo Governo.

Os questionamentos feitos pelo Ministro Fux visam esclarecer qual será o custo social para os não indígenas vis-a-vis o benefício social para os indígenas da ampliação da área.



Índios armados atacam não indígenas no interior do Maranhão

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 04.09.2014

Imagens divulgadas nesta semana pela agência Reuters mostram a milícia armada de índios Ka'apor em operação de justicamento realizada por eles mesmos contra não indígenas acusados de invadir seu território, no interior do Maranhão.

O indefectível fotógrafo Lunaé Parracho acompanhou os milicianos na operação de justicamento, realizada no último dia 7 de agosto. Segundo a Reuters, os índios agiram de maneira independente.

As imagens mostram os indígenas armados correndo atrás dos madeireiros, que foram rendidos e tiveram as mãos amarradas. Alguns tiveram parte das roupas retiradas.

A TI Alto Turiagu tem meio milhão de hectares compreende seis cidades do Maranhão. A ação, que por pouco não resultou no assassinato sumário de não indígenas, acabou com um caminhão queimado.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que os indígenas, chamados de "guardiões da floresta", tem realizado naquela região ações de apreensão de madeireiros ilegais. Em nota, a Funai disse ainda que "tem conhecimento destas ações e já solicitou apoio policial para evitar que ocorram excessos ou conflitos".

Fonte: Blog Questão Indígena



Mais Médicos atende demanda e cobre todos os distritos sanitários indígenas

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 04.09.2014

Entre os beneficiados, 95% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a iniciativa, segundo pesquisa. Orçamento federal para atenção básica aumentou 106% em quatro anos

por Sarah Fernandes, da RBA

São Paulo – Após um ano da implementação, o Mais Médicos superou a meta de profissionais participantes, atendeu 100% da demanda dos municípios e garantiu, pela primeira vez, médicos em todos os 34 distritos sanitários indígenas do país, como informou hoje (4) o ministro da Saúde, Arthur Chioro, durante entrevista coletiva para balanço do programa, em Brasília. Ele ressaltou que a iniciativa garantiu mais investimentos na atenção básica e modernização de equipamentos de saúde pública, outros eixos do programa.

A meta inicial do governo federal era de alcançar o número de 13.300 médicos participantes. Após os cinco ciclos de inscrição, que privilegiaram os profissionais brasileiros, 14.462 profissionais foram selecionados para participar. Eles estão espalhados nos 3.785 municípios que solicitaram profissionais ao Ministério da Saúde e em todos os distritos sanitários indígenas do país, atendendo pelo menos 50 milhões de pessoas na atenção básica.

"O programa contempla todos os estados, mesmo os mais ricos, como São Paulo, o que mostra que havia necessidade de médicos não só no sertão nordestino e na Amazônia, mas também nas periferias das cidades grandes e médias", disse Chioro. "Pudemos levar pela primeira vez médicos para os 34 distritos de saúde indígena, garantindo atendimento para os 600 mil índios do território nacional. Os indicadores da saúde indígena são muito distintos do restante da população e eles eram uma prioridade."

O ministro ressaltou que só foi possível garantir o atendimento a toda demanda após a chegada dos 11.429 médicos cubanos que participam do programa. Isso porque os 1.846 profissionais brasileiros que atenderam ao chamado do Ministério e que tinham prioridade na escolha optaram por trabalhar em capitais e cidades médias, em especial na costa atlântica do país e unidades de saúde de bairros centralizados. O mesmo ocorreu com os 1.187 médicos estrangeiros ou brasileiros com diploma de outros países que aderiram ao programa.

"Isso é absolutamente normal e não é um problema, porque tínhamos muitas vagas disponíveis e eles (os brasileiros) tinham prioridade. Foi com os médicos cubanos que pudemos dar um padrão de provimento que beneficiou o interior do país e as periferias das grandes cidades", comentou Arthur Chioro. "É a primeira vez que temos padrão nacional de distribuição de médicos", ressaltou.

CONT.



Ao todo, 70% dos médicos do programa estão nos municípios que foram priorizados pelo Ministério da Saúde por apresentarem mais de 20% da população em situação de extrema pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo ou muito baixo, além dos municípios localizados no médio e alto Araguaia, no Vale do Ribeira (SP), Vale do Jequitinhonha (MG), Vale do Mucuri (MG) e os distritos indígenas.

Os recursos para atenção básica aumentaram 106% entre 2010 e 2014, segundo o ministro. No primeiro ano, eram R\$ 9,7 bilhões destinados ao atendimento primário, valor que saltou para R\$ 20 bilhões neste ano, sem contar o aporte dos estados e municípios. O ministro ressaltou, ainda, que o programa permitiu a melhoria da infraestrutura das unidades básicas de saúde. Dos 26.001 postos de saúde que tiveram recursos aprovados para melhorias, pelo menos 13 mil estão em obras e 7.520 foram concluídas.

Aprovação dos usuários

Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais sobre o Mais Médicos, apresentada hoje durante a coletiva, aponta que 95% dos beneficiados pelo programa estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a iniciativa. Ao todo, 87% dos pesquisados deram nota de oito à dez ao programa e 74% acreditam que ele é melhor ou muito melhor do que esperavam. O levantamento ouviu 4 mil pessoas com mais de 16 anos, de 200 municípios e distritos sanitários indígenas atendidos.

Entre os entrevistados, 86% disseram que a qualidade do atendimento médico é melhor ou muito melhor do que a anterior, 84% afirmaram que o tempo de duração das consultas melhorou ou melhorou muito, assim como os esclarecimentos sobre os problemas de saúde (83%), facilidade de atendimento (79%), comunicação com o médico (73%) e tempo de espera por uma consulta (73%).

Além disso, 83% concordam que os médicos do programa tiram dúvidas de forma clara, 85% afirmam que médico passa confiança e que é um profissional competente. Entre os entrevistados, 88% consideraram o médico atencioso e 90% disseram que o profissional trata o paciente com respeito. "Era uma polêmica se os médicos do programa estariam aptos para atenderem a população com qualidade. Mostramos que sim", garante Chioro. "É importante não só garantir o atendimento, mas que ele seja cada vez mais de respeito e humanizado."

Dos beneficiados pelo programa, 87% afirmam que não tiveram dificuldade de compreender o que os médicos falavam. Apenas 2% relataram problemas de compreensão, sendo que parte das entrevistas foram feitas em aldeias indígenas, onde não se fala português. A maioria dos entrevistados (67%) respondeu que os médicos do programa fazem recomendações sobre alimentação e sobre atividades físicas. "Isto é muito significativo porque atenção básica trata da prevenção e da promoção à saúde e mostra uma mudança no modelo de cuidado", observou o ministro.

Os usuários elencaram como pontos positivos do programa o acesso ao atendimento e o aumento no número de consultas, o atendimento diário, a maior permanência dos médicos nas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

unidades de saúde, a presença de profissionais mais educados, que gastam mais tempo com o paciente, solicitam exames e chegam a um diagnóstico rápido. “Isso mostra que existe uma rede de suporte, diferente do que se dizia. Estamos demonstrando, na prática, que não é verdade.”



Urnas serão levadas de barco e avião para aldeias indígenas

SÍTIO PORTAL BENÍCIO, 04.09.2014

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso já está elaborando a logística para que estradas ruins, rios turbulentos e outras barreiras naturais não impeçam o exercício do voto em áreas mais afastadas. Dentro do Estado, as urnas eletrônicas das eleições de 2014 vão viajar de carro, barco e avião para chegar a 122 locais de difícil acesso (incluindo aldeias indígenas) e atender cerca de 10 mil dos 2,2 milhões de eleitores mato-grossenses.

"Faz parte da democracia todos terem voz nas urnas e os indígenas são brasileiros como qualquer um de nós. Então esse esforço deve ser feito. A Funai está aí 24 horas acompanhando tudo para ajudar", disse o coordenador regional Fundação Nacional do Índio (Funai) em Cuiabá, Benedito César Garcia Araújo. "Os que moram na aldeia e têm pouco contato com a cidade não ligam muito para esse momento da democracia, mas a maioria faz questão", completou.

O responsável pela organização da logística pelo TRE-MT, Salomão de Souza Fortaleza, coordenador de sistemas eleitorais, explica que o resultado do pleito nessas localidades será transmitido via satélite para não atrasar a contagem de votos. Segundo ele, em locais onde não tiver energia ou caso fiquem sem, a própria urna tem bateria com capacidade para 8 horas. "Vamos também levar bateria reserva", assegurou.

Localidades

Aripuanã é um clarão em meio à floresta amazônica. A cidade fica relativamente próxima à divisa do Brasil com o Peru e a Colômbia. Na sua zona eleitoral, ficam as três comunidades rurais que o TRE-MT julga serem de mais difícil acesso no Estado.

A comunidade de Três Fronteiras, também conhecida como Guatá, fica a 330 km de Colniza, cidade vizinha. Um dos diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso (Fetagri-MT), Joilson Benedito Pereira, coordenador geral do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), já esteve por lá. "São três dias de viagem para chegar. Se chover, só passa na estrada com carro muito bem traçado, senão atola mesmo.

Às vezes o pessoal fica de 10 a 15 dias isolado, sem conseguir se comunicar. São estradas de chão, nem sempre oficiais. São vias que eles abrem porque precisam. Por isso mesmo é importante que votem, essa é uma das pautas de reivindicações dessas comunidades", contou.

As outras duas localidades mais complicadas para se chegar são Guariba, que tem as mesmas características de Guatá, e Reserva Roosevelt, terra indígena do povo Cinta Larga.

Preocupações



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

O TRE ficou de repassar quanto vão custar as viagens de avião e barco. “Também há preocupação com corrupção eleitoral, por isso nesses lugares tem que haver fiscais, mesários e tudo mais, como em qualquer seção”, destacou Salomão.

Para o TRE levar urnas eletrônicas, a localidade deve ter no mínimo 50 eleitores aptos a votar e condições mínimas de organizar uma zona eleitoral.

Para garantir a logística, o TRE atua, através dos cartórios eleitorais, com antecedência de até seis meses e faz mutirões de formação para que todos cumpram o mesmo rito previsto em resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Qualquer desvio do que está previsto pode gerar a impugnação de uma seção.



Minas: pesquisa cria ações para prevenir leishmaniose em comunidade indígena
SÍTIO FIOCRUZ, 04.09.2014

Fonte: Fiocruz Minas

No período de junho de 2008 a dezembro de 2011, um amplo estudo sobre a leishmaniose tegumentar foi realizado na Terra Indígena Xakriabá, abordando aspectos relacionados ao parasito, aos reservatórios, aos vetores e à doença humana, para avaliar os fatores de risco associados à aquisição da infecção e ao desenvolvimento da doença. A Terra Indígena Xakriabá, localizada no norte de Minas Gerais, foi escolhida para o estudo, principalmente, em função do interesse dos próprios indígenas. Essa vontade foi manifestada em reuniões prévias com Célia Gontijo, Patrícia Quaresma, Elizabeth Moreno e Janaina Freire, membros do grupo de pesquisas do Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz Minas, lideranças indígenas, representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e das instituições do município onde se localiza a reserva.

Segundo os pesquisadores, a importância da leishmaniose tegumentar como problema de saúde pública entre os índios da Terra Indígena Xakriabá reside não apenas na sua elevada incidência, como também nos transtornos que ela vem ocasionando à vida dos indivíduos afetados. O estudo seccional realizado em 2008 em duas aldeias comprovou a alta prevalência dos casos clínicos (8%), como também da infecção assintomática (19%).

Desde a sua implantação, o projeto colaborou com ações visando a melhoria do diagnóstico e tratamento. Esta intervenção contribuiu para a detecção mais rápida e segura dos casos, uma vez que os métodos utilizados forneceram a confirmação parasitológica da infecção. Além da melhoria no diagnóstico, o encaminhamento dos casos para tratamento aconteceu de forma mais acelerada, com acompanhamento feito por um clínico, incluindo também exames laboratoriais recomendados pelo Ministério da Saúde (MS, 2007).

O projeto ainda foi responsável por desenvolver e implementar junto aos gestores municipais e profissionais de saúde do município um Protocolo para Abordagem dos Portadores de Leishmaniose Tegumentar Americana de São João das Missões, Minas Gerais e estabelecer os fluxos de referência e contra-referência dos pacientes, com o objetivo de promover a humanização da assistência aos portadores da doença deste município. Também foi desenvolvida, com a participação de membros da comunidade, especialmente os professores indígenas, uma cartilha Leishmaniose Tegumentar: Controle e Prevenção na Terra Indígena Xakriabá que será utilizada como instrumento de educação para prevenção e controle da leishmaniose tegumentar.



PF prende indígenas suspeitos de invasão de prédio em Prado

SÍTIO A TARDE, 04.09.2014

Três indígenas foram presos pela Polícia Federal (PF) por serem suspeitos de liderarem e participarem da invasão do prédio do Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio), unidade Parque Nacional do Descobrimento, em Prado, no sul da Bahia, ocorrida em 22 de fevereiro de 2014. Um dos homens foi preso na noite desta quarta-feira, 3, na localidade do Guarani, em Prado, enquanto os outros dois, foram pegos nesta quinta-feira, 4, na cidade de Itamaraju.

As prisões foram executadas em cumprimento a mandados de prisão preventiva expedidos pela Justiça Federal de Teixeira de Freitas/BA.

De acordo com o ICMBio, o prédio foi danificado e teve objetos roubados, além de ameaças e cárcere privado em detrimento dos servidores do órgão que estavam presentes.

Os presos encontram-se recolhidos no Complexo Prisional de Teixeira de Freitas, à disposição da Justiça Federal. Com a prisão, a Polícia Federal concluirá o inquérito instaurado para apurar o caso, remetendo-o ao Ministério Público Federal para as finalidades próprias daquele órgão.



Terras indígenas no cerrado e na caatinga receberão R\$ 2,8 mi do governo para gestão ambiental

SÍTIO OLHAR DIRETO, 04.05.2014

Terras Indígenas localizadas no Cerrado e na Caatinga receberão investimentos de R\$ 2,8 milhões para o apoio à elaboração de planos de gestão territorial e ambiental que devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e para o incentivo ao uso sustentável da biodiversidade.

Conforme informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), as propostas deverão ser apresentadas até 17 de novembro e os recursos destinados aos projetos aprovados apoiarão a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

"Há previsões de redução de 35% a 45% de chuvas no Cerrado até 2100, com graves perdas de fauna, flora e comprometimento dos modos de vida indígenas", relata o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme Cabral. "E a Caatinga é o bioma mais vulnerável às mudanças climáticas que decorrem do desmatamento", acrescenta.

O secretário explica que os recursos serão destinados a projetos que favoreçam as iniciativas indígenas para o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental e o manejo de cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis que mobilizem as comunidades para a proteção de seus territórios.

Parceria com a Funai

O edital de seleção foi publicado no último dia 28 de agosto, no Diário Oficial da União, e os recursos serão provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é presidido pelo MMA.

O projeto denominado "Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas" é uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Serão assegurados até R\$ 150 mil para cada uma das propostas que poderão ser apresentadas por organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas, e fundações de direito privado, que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

O Fundo Clima financia iniciativas que contribuam com a redução dos impactos da mudança do clima e com a adaptação a seus efeitos. Os recursos não reembolsáveis, como é o caso desses que favorecem as terras indígenas, são operados pelo MMA.



Projeto de carioca transforma a vida de ribeirinhos no Pará.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 26.08.2013

Para os alunos da comunidade ribeirinha São Miguel, na cidade paraense de Portel, na Ilha de Marajó, a tarefa mais complicada era chegar à escola. A educação estava distante: pelo menos duas horas de barco até o colégio mais próximo. Este ano, a realidade mudou, com o apoio do carioca Luiz Carlos Guedes, o Luti, de 21 anos. Foi com ele que os moradores aprenderam que podiam se mobilizar e transformar desejos em realidade. Assim, se uniram e construíram uma escola que atende da creche ao ensino fundamental, com cerca de 100 alunos de São Miguel e outras comunidades próximas. Essa foi só a mais recente das realizações do Lute Sem Fronteiras na região.

Portel é um município em que mais da metade dos 52 mil habitantes vive em comunidades à beira de um dos quatro rios que cortam a cidade. A viagem do Rio de Janeiro até lá é longa. São cinco horas de avião até Belém e mais 20 de barco até Portel. São Miguel está mais cinco horas adiante.

Luti tinha 16 anos quando botou os pés por lá pela primeira vez. Ele foi com a escola numa excursão e sentiu que precisava fazer algo para ajudar aquelas pessoas. Eram, diz ele, as “mais incríveis” que já conheceu. O rapaz conseguiu, dois anos depois, fundar o Lute Sem Fronteiras, um dos 40 casos de sucesso que vão estar no encontro Educação 360, realizados pelos jornais EXTRA e “O Globo”, sexta e sábado.

Nos últimos três anos, o carioca foi a São Miguel umas 15 vezes. Os projetos são financiados com arrecadação pela internet e ajuda de amigos.

— A missão é fazer com que o ribeirinho seja o responsável pelo desenvolvimento local. É viabilizar a mudança de pensamento: ele deixa de se ver como vítima e se coloca na posição de agente de mudança — explica o rapaz, estudante de Direito da PUC-Rio.

A primeira ação do Lute Sem Fronteiras foi a abertura de uma biblioteca em São Miguel. Hoje, há mais quatro unidades em outras comunidades da região. Depois, os ribeirinhos quiseram criar hortas comunitárias. A Lute Sem Fronteiras, então, levou uma engenheira agrônoma até lá para ensinar as técnicas. O desafio seguinte foi o da escola. A comunidade identificou essa necessidade, Luti aceitou o desafio, e o projeto foi para frente. A mão de obra foi toda dos moradores, e o dinheiro chegou através de doações pela internet e do círculo social do carioca.

— Sou quem faz eles tirarem os pés do chão e se permitirem sonhar — explica Luti.

O próximo objetivo é criar um poço para criação de peixes. O modelo vai ser o mesmo usado nas hortas comunitárias. Um especialista vai ao local e, depois, a comunidade replica o conhecimento para outros lugares. Daqui do Rio, Luti comemora a realização do seu próprio sonho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

— Os ribeirinhos me deram a noção de que posso fazer as coisas — resume.

Notícia postada originalmente pelo Jornal Extra



Empresa é acusada de poda acelerada em floresta de povo isolado do Paraguai
SÍTIO TERRA, 04.09.2014

Representantes dos Ayoreo-totobiegosode, o último povo nativo isolado da América fora da Amazônia, acusaram nesta quarta-feira o governo paraguaio de permitir a destruição de 600 hectares de floresta em seu território por parte da empresa brasileira criadora de gado Yaguarete Porá, em pouco mais de duas semanas.

O advogado dos Ayoreo, Julio Duarte, disse à Agência Efe que a poda ocorreu entre 11 e 27 de agosto, segundo revelam imagens de satélite, apesar da empresa sequer contar com uma licença ambiental.

A Secretaria do Ambiente (SEAM) do Paraguai não respondeu ainda aos pedidos da Agência Efe para falar sobre o caso.

Duarte disse que como a companhia "sabe que está sendo questionada juridicamente, está acelerando o processo de poda" para transformar em pasto para gado uma zona "considerada pelo próprio Estado, em 2001, como reserva cultural e natural, e como parte do território ancestral dos ayoreo".

Há décadas, os líderes ayoreos que optaram por não permanecer isolados e conviver com população não indígena, exercem a defesa de seu território e exigem a cessação das atividades agropecuárias.

As ONGs Survival; Gente, Ambiente e Território (GAT) e Payipie Ichadie Totobiegosode reivindicam que o Estado freie "o ilegal desmatamento" que atribuem à empresa, nas florestas que foram o habitat dos ayoreo durante milhares de anos.

Estudos geográficos, jurídicos e antropológico demonstram que o território histórico dos ayoreo ocupa cerca de 550 mil hectares, que eles reivindicam ao Estado desde 1993, quando os primeiros grupos começaram a abandonar seu entorno natural fugindo da poda ilegal, segundo Duarte.

O advogado reivindicou à SEAM e ao Instituto Florestal Nacional (Infona) que exijam da empresa Yaguarete Porá a cessação da poda de árvores porque está havendo uma ação ilegal que viola uma resolução governamental e uma sentença do Tribunal de Contas.

"Os recorrentes desflorestamentos afetam os direitos individuais e coletivos desta população indígena, cuja proteção está garantida na legislação nacional vigente no Estado paraguaio e nos convênios internacionais ratificados" pelo Paraguai, segundo um comunicado de GAT.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

Segundo Duarte, em janeiro a SEAM renovou a licença ambiental da Yaguarete Porá, apesar de existir uma resolução anterior que condicionava sua renovação ao fato da empresa apresentar um novo estudo de impacto ambiental, algo que nunca aconteceu, segundo o advogado.

Em abril, o Conselho Nacional do Ambiente (CONAM) recomendou à SEAM que cancelasse a licença ambiental concedida, após analisar os relatórios das comissões de Biodiversidade, Povos Indígenas, Legislação Ambiental e Assuntos Internacionais do Congresso.

Segundo a Comissão legislativa de Povos Indígenas, a licença ambiental "viola marcos legais nacionais e internacionais, especialmente o relacionado à proteção dos territórios e ao dever (obrigação) de consulta do governo para com os povos indígenas".

As ONGs asseguram que as vidas dos indígenas em isolamento voluntário "correm sério risco pelo acelerado desmatamento de seu território".

Duarte disse que, embora os indígenas não renunciarem aos 550 mil hectares originais, querem garantir pelo menos 200 mil hectares para preservar seu modo de vida, idioma, cultura e o habitat natural.

"O Estado deve trabalhar em conjunto para que seja adquirida essa propriedade e dê segurança jurídica aos indígenas em todo seu território", manifestou o advogado.



Aprovado mostra comunidades quilombolas do Rio Paraguaçu

SÍTIO GLOBO.COM, 04.09.2014

Programa trará quatro episódios abordando a herança afro na região

A cultura negra resiste ao tempo nas comunidades remanescentes quilombolas situadas na região da Bacia do Iguape. O Aprovado inicia, este sábado, 6, a série Ribeirinhos do Paraguaçu, que conta um pouco da história dos moradores locais, com foco voltado para a herança negra, passada de boca a boca, de geração a geração.

As matérias mostram atividades das comunidades, o Rio Paraguaçu na vida dos ribeirinhos, como se tira o sustento do rio, danças, religiosidade, além de passear pelas vilas de São Francisco do Paraguaçu e Santiago do Iguape. O programa trará quatro episódios sobre o assunto. A primeira edição enquadra a forma de viver das comunidades remanescentes quilombolas, seus costumes e luta pela sobrevivência.

O repórter Pablo Vasconcelos visita um lugar onde a cultura, arte e educação andam lado a lado: o Instituto Cultural Brasil Itália Europa (ICBIE), localizado na Ribeira. O local oferece aos jovens do bairro e adjacências, desde 2005, a possibilidade de mudar de vida. O fundador e diretor do instituto, Pietro Gallina, saiu da Itália e se mudou para o Brasil há 11 anos. Além da biblioteca com mais de 14 mil títulos, os alunos podem usufruir de cursos de idiomas, capoeira, teatro, música, dança afro, fórum sobre cinema e artes.

Apresentando o programa na comunidade do Solar do Unhão, Jackson Costa entrevistou um dos moradores do local, o artista independente Raimundo Nonato, que trabalha há 10 anos fazendo barcos e pranchas (inclusive com material reciclável), pinturas, gravuras e desenhos. Raimundo, que também é pescador, trabalha com a permacultura, criando ambientes humanos sustentáveis na comunidade.

O repórter especial Pinzoh foi até a Casa da Música, localizada em Itapuã, para falar sobre a importância da música para a educação. O coordenador do espaço, Amadeu Alves, contou um pouco da história de 21 anos do local e da importância da casa para a comunidade. O Aprovado também foi até Feira de Santana para conhecer dois fotógrafos que participaram do I Festival de Fotografia do Sertão. Confira o programa completo neste sábado, às 8h!



Pesquisa mostra que ribeirinhos podem ter fácil adaptação durante cheia e seca
SÍTIO PCE/AM, 04.09.2014

CAREIRO DA VÁRZEA – Moradores do interior da Amazônia estão acostumados com uma incrível variação no volume de seus rios entre as estações cheia e seca. Nove, dez e até onze metros de desnível do rio estão dentro da normalidade e não assustam os moradores da região. As situações extremas alteram principalmente a rotina das comunidades ribeirinhas, onde a cheia prejudica as plantações e agrava o risco de doenças e a seca dificulta o acesso às demais localidades, já que na maioria das vezes o trajeto é realizado via fluvial.

Uma pesquisa desenvolvida por cinco jovens cientistas do Programa Ciência na Escola (PCE) mostra as diferentes realidades que se apresentam durante os períodos de seca, vazante, cheia e enchente na comunidade de São Francisco da Terra Nova em Careiro da Várzea, região metropolitana de Manaus.

Segundo o coordenador a pesquisa, professor Valdenir Fábio de Moraes Moreira, a ideia de trabalhar a temática surgiu após a observação diária das alterações no modo de viver dos ribeirinhos da comunidade. “A partir daí, sentimos a necessidade de fazer um estudo aprofundado sobre as alterações impostas pelo nível do rio. Queremos entender por que há essas diferenças e como o homem da várzea (daquela localidade) consegue se adaptar as diferentes realidades”, explicou o Moraes Moreira.

Para o cientista junior PCE, Fabiano Bernardo da Costa, de 18 anos, as alterações históricas permanecem na comunidade, mesmo após cada subida e descida das águas. Segundo ele, as características não se perdem, ao contrário, a evolução social dos moradores da comunidade se deve a essas alterações. “Morar em terra de várzea é viver sempre em uma constante perspectiva. Não temos previsões exatas, as secas e cheias sempre nos surpreendem”, contou o Bernardo, que se mostrou otimista com a pesquisa.

O estudo cita os ribeirinhos como ‘homens anfíbios’ pela facilidade que os “varzeanos” têm em se adaptar as diferentes realidades. “Falo isso, porque sei que durante a cheia os moradores vivem como se tivessem aprisionados dentro de casa, sem poder sair de lá e quando conseguem sair é dentro de uma canoa. Diferente da seca, onde o caboclo fica liberdade, pode andar sobre as terras que acabara de aparece. Essas realidades são impostas pela natureza e o homem da várzea vem se adaptando a elas”, enfatizou o professor Valdenir.

O projeto estar em andamento e deve ser finalizado nos próximos meses. Os resultados do estudo devem ser publicados em uma revista científica da área.



Taturana Parabeniza o Prefeito Chico Território pela Preocupação com os Ribeirinhos
SÍTIO COSTA MARQUES VIP, 04.09.2014

Preocupado com a crescente cheia do rio Guaporé o prefeito da cidade de Costa Marques Chico Território mobilizou as Secretarias para discutirem e analisarem melhor a situação.

Frente aos problemas foi solicitado o acompanhamento da defesa civil onde imediatamente compareceram no município o Corpo de Bombeiros sob o comando do Tenente BM Dos Santos subcomandante do Quartel de Ji-Paraná/2º GP, CB BM Roset e SD BM Willian.

Reuniram-se com o prefeito em reunião:

Nara – Procuradoria Geral, Francisley e Marcos – FUNASA, Denisvaldo – Coordenador do CRAS, Aline – Assistente Social, Neto – SEMOSP, Cleiton Añes – Presidente da Câmara dos vereadores, Joel Rodrigues – SEMECCEL e Adão Pará – Pres. Cons. Mun. Saúde.

Após levantarem dados a respeito da enchente e visitarem os locais de risco e os desabrigados, reuniram-se novamente na Câmara dos Vereadores para traçarem as metas necessárias. Também identificando problemas futuros entre elas a preocupação quanto às carretas bi trem que agora trafegam no porto local, situação preocupante porque o asfalto do porto não estaria suportando tanto peso constante, uma vez que não foi planejado pra isso, vindo a danificá-lo aos poucos.

Situação da população das comunidades de Santa Fé, Santa Luzia, Santa Isabel e Macaco Preto, que se encontram isoladas, prejudicando o andamento das aulas com dezenas de alunos impossibilitados de se locomoverem devido transporte e segurança no local.

Remédios para prevenir futuros surtos de doenças uma vez que já estão registrando focos de infecções intestinais, doenças de pele, gripes e demais prejuízos vindos da água contaminada.

Adequação de local para abrigar as famílias atingidas pela enchente uma vez que precisam garantir condições necessárias ao ambiente sadio.

Acompanhar as condições da comunidade de Buena Vista-Bolívia, uma vez que também possam vir a serem prejudicados pela enchente em breve. Pontes e estradas cobertas pela água em algumas linhas vicinais da cidade. Entre outros assuntos.

O vereador Taturana agradeceu a preocupação do Prefeito Chico Território em querer soluções imediatas e parcerias com a Comunidade e a Câmara dos vereadores, citou o pronto atendimento dos Bombeiros agradecendo o seu empenho e auxílio imediato.

Compareceram na reunião na Câmara dos Vereadores:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

O prefeito Chico Território, o Chefe da Divisão de Esportes Joel Rodrigues, os vereadores Cleiton Añez, Taturana, Elias, Nei do Fórum, Clé Gonçalves e Maurinho, Tenente BM Dos Santos, CB BM Roset e SD BM Willian .



Indígenas e servidores denunciam pressões e ameaças da Sesai para conseguir adesões ao INSI

SÍTIO CIMI, 04.09.2014

Não é apenas do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Litoral Sul que chegam informações de pressões feitas por integrantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, para conseguir adesões ao esforço de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). País afora, indígenas e servidores federais relatam toda sorte de coerções e ameaças, além de promessas envolvendo a distribuição de medicamentos e recursos para compra de exames de alta complexidade.

O governo vem tratando estas reuniões como parte do processo de consulta aos povos indígenas para a criação do instituto, driblando assim processo que tramita na 18a Vara do Trabalho de Brasília e exige concurso público para a saúde indígena. O que se apura destes encontros, todavia, é o avesso daquilo que preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde o processo de consulta precisa ser definido junto aos povos de forma prévia e acontecer de maneira informada, com os prós e contras do projeto em questão; livre, sem ser acossado por interesses que não sejam os dos povos afetados.

“Parecia o tempo dos coronéis a discussão desse instituto aqui”, relata uma Xukuru-Kariri que participou da reunião do Condisi Alagoas, entre os dias 25 e 26 de agosto, na capital Maceió. A apresentação do projeto do INSI, conforme outro indígena presente, omitiu diversos pontos e não dirimiu sequer as dúvidas dos presentes, representantes de 11 povos de Alagoas e um do Sergipe.

Os nomes de conselheiros contrários ao instituto foram colhidos pela coordenadora do distrito, Genilda Leão, responsável por levar a proposta dos gabinetes dos ministérios da Saúde e Planejamento para esse pedaço do Nordeste. “Aqui a turma da Sesai definiu até em quais cadeiras sentariam os indígenas e servidores. Quem fosse falar contra o instituto tinha que fazer em poucos minutos de tanto que era cortado”, denuncia um Xukuru-Kariri. Genilda insistia que todos os conselhos do país estavam aderindo ao projeto, e que Alagoas não poderia se isolar.

Desta vez a estratégia governista não deu certo. O Condisi Alagoas tomou posição contrária ao instituto. “Foi quando a Genilda mudou de postura e disse que a proposta precisaria passar pelas aldeias. Por que não fez isso antes? Na certa pensou em outras formas de convencimento. Mas nem isso o Condisi aprovou”, diz aliviado outro indígena presente na reunião do conselho. Os nomes dos indígenas consultados são omitidos a pedido deles próprios: tal régua meça o tamanho da pressão desprendida sobre os conselhos.

Pagamento de multa

CONT.



O coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Araguaia, Mato Grosso, Milton

Martins, esteve na aldeia Tapi'itãwa, do povo Apyãwa, no último dia 22 de agosto. Na ocasião tentou convencer o grupo a aceitar a criação do instituto em detrimento do concurso público. O argumento utilizado pelo governista revela como a consulta aos povos não passa de uma tentativa de manipular os indígenas.

"Disse que se a gente descumprir a data determinada pelo Ministério Público Federal (MPF), correria o risco de pagar uma multa e que esse recurso sairia da Sesai", diz a liderança Ware'i Apyãwa. "Disseram para a gente ainda que o concurso público não seria específico e diferenciado. Segundo porque qualquer cidadão não indígena inexperiente com a saúde indígena ocuparia vagas dos profissionais indígenas. Terceiro que os aprovados apenas cumpririam o estágio probatório, depois iam embora deixando a comunidade descoberta", explica Ware'i.

A multa referida pelo coordenador do DSEI está no âmbito da Ação Civil Pública impetrada pelo MPF e Ministério Público do Trabalho (MPT). O prazo para o governo federal realizar o concurso público e acabar com a atual política de terceirização está prestes a vencer. "Por isso que estavam com tanta pressa. Achemos estranho, mas depois entendemos a razão. Nosso povo disse não para esse instituto, resistimos, e a discussão foi jogada para a reunião do Condisi Araguaia (que termina nesta quinta-feira, dia 4)", afirma Ware'i.

O indígena explica que o rechaço da comunidade ao INSI se deu pela falta de clareza na apresentação da ideia, pouco tempo para análise, ausência de representantes indígenas na elaboração da proposta, desrespeitando ainda a formação do controle social, e "porque defendemos um concurso público específico e diferenciado. Sem contar que a ideia de criação do instituto não foi apresentada na 5a Conferência Nacional de Saúde Indígena (dezembro de 2013)", encerra Ware'i.

Dirigido e unilateral

No Condisi Regional Leste, Roraima, conselheiros apontam que a reunião foi "muito dirigida e unilateral nos argumentos". O documento final, afirmam os conselheiros consultados, não reflete o que o conjunto integrante do Condisi defendeu. "Porém, a coisa não é simples: houve uma manobra intencionada e dirigida que confundiu a reflexão e desorientou. Foi tudo muito rápido. Defendemos que nenhuma decisão poderia ser tomada sem uma consulta prévia às aldeias", relata uma conselheira por correio eletrônico. O Condisi voltará a se reunir este mês.

Na reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), no final de agosto, o secretário da Sesai Antônio Alves se comprometeu a ampliar o debate sobre o instituto. "Eles não terão tempo hábil, porque dia 10 de setembro Alves pretende apresentar a proposta no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Por isso estão indo para os conselhos. Então é possível perceber as reais intenções de Alves e do governo a qual faz parte", afirma Roberto Liebgott, integrante da Cisi representando o Cimi.

CONT.



Liebgott diz que por essa razão “defendemos ampliar o debate”. O indigenista antevê a tática da Sesai “de apresentar no CNS (o INSI) e tendo ali uma aprovação, vão apresentar o PL (Projeto de Lei) da empresa estatal no Congresso Nacional. Tendo em mãos cartas de Condisis a favor do instituto, Alves tem como dizer que os indígenas foram ouvidos”, diz Liebgott, que reitera o fato do secretário ter dito na reunião da Cisi que ampliaria o debate para as aldeias e organizações indígenas.

“Na Cisi Alves apresentou a proposta que eles têm de criação do instituto dizendo que a Sesai está debatendo-a e aperfeiçoando-a com os Condisis. Não tem nada de novo, todavia. O argumento central é que com a atual legislação eles não conseguem fazer o concurso, mas na verdade é para sustentar a ideia da terceirização”, ataca Liebgott. O indigenista opina que o instituto impacta o subsistema de saúde indígena, altera sua dinâmica e “viabiliza um novo modelo de assistência com base na privatização do serviço”.

Estas questionáveis consultas, porém, têm ocorrido por uma única razão: o secretário da Sesai, Antônio Alves, tinha a intenção de aprovar a criação do INSI no início de agosto, durante o Fórum de Presidentes de Condisis. Com a repercussão contrária ao instituto, a Sesai decidiu levar aos conselhos a proposta até o próximo dia 15. “Por isso a pressa. As apresentações nos conselhos são um desastre. Gente do controle social da Sesai tem feito promessas de compra de exames de alta e média complexidade, próteses”, denuncia um servidor do governo federal consultado pelo Cimi.

“Eles estão fazendo qualquer coisa para conseguir as cartas de apoio. Inclusive garantem a mesma qualidade que se tem na rede Sarah”. O servidor afirma que um integrante do alto escalão do controle social da Sesai tem dito aos trabalhadores que “quem não aprovar o INSI é melhor começar a estudar para concurso porque vai ficar desempregado”. De acordo com a fonte, o aplicativo whatsapp tem sido a ferramenta utilizada pelo grupo da Sesai no monitoramento e “motivação” para que nos conselhos se consiga as cartas de apoio ao instituto.

“Os indígenas infelizmente estão sendo manipulados, enganados por promessas vazias e usados para que diante da Justiça digam que querem o INSI e o governo diga que apenas atende a essa vontade”, afirma o servidor federal. Sobre a decisão do Condisi Litoral Sul contra o instituto, o servidor revela que a notícia caiu como uma bomba dentro da Sesai, gerando alvoroço entre os defensores do instituto. “Não é um não qualquer”, diz. Isso porque esse conselho está na área de atuação da procuradora da República Analúcia Hartmann, integrante do grupo de procuradores que assinam Ação Civil Pública em curso exigindo o concurso público para a saúde indígena.



BA – Trabalhadores rurais de Pilão Arcado denunciam ameaças por parte de agentes da polícia civil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro – no Irpaa

A comunidade de fundo de pasto de Tamanduá, em Pilão Arcado, denuncia a tentativa de invasão de sua terra, ameaças, além do não registro de queixa por parte da delegacia de Polícia Civil local.

Quando a comunidade começou a demarcar a área coletiva de criação de caprinos e ovinos, a partir da lei estadual de regularização fundiária 12.910/2013, pessoas estranhas à comunidade apareceram no local dizendo-se donas da área. Em seguida, esses supostos donos começaram a cercar indevidamente a terra da comunidade.

De acordo com um abaixo-assinado produzido pelos comunitários após estes acontecimentos, no dia 28 de agosto, trabalhadores e trabalhadoras da comunidade foram até à delegacia. “Fomos recebidos pelo escrivão Dorilvado que reafirmou que a delegacia não resolve e nem encaminha conflitos de terra”, diz o documento produzido pela comunidade.

Contudo, a posição da delegacia sobre o fato teria mudado. Segundo o abaixo-assinado comunitário, “no dia 1/09/2014, o referido escrivão Dorivaldo juntamente com Sr. Pedro Sena e o Sr. Abmael que se apresentou como investigador da Polícia Civil chegaram na comunidade na viatura da Polícia Civil, chegaram procurando membros da Associação dizendo que a terra pertence a Srª Marota, vulgo Mercês e que o serviço de cercamento do Fundo de Pasto da Associação iria continuar e se flagrasse membros da Associação na área de cercamento iria ser detido e levado algemado para a delegacia.”

A comunidade irá denunciar o ocorrido à Corregedoria de Polícia Civil do Estado.

A nova lei estadual de regularização fundiária prevê que as comunidades que vivem em sistema de fundo de pasto têm até dezembro de 2018 para dar início ao processo de reconhecimento de sua área.

Confira a denúncia abaixo:

CONT.

Não abaixo assinados da Associação Comunitária Agnô Pontoni e Fundo de Fundo de Espinheiro e Amadores do Município de Pilão Arcado-BA vimos através deste expor, requerer, denunciar e pedir providências. Expondo que: A citada Associação é formada por moradores de Espinheiro, Tamanduá e Amadores e que diante da Lei 12.930/2013 que trata da regularização fundiária das comunidades tradicionais de Fundo de Fundo se organizou para definir sua área através de Variantes. Depois da área Varietada e demarcada apareceu o Sr. Conhecido como Pedro Sena residente na quadra 02 da Cidade de Pilão Arcado invadiu a área pontuando, alegando ser responsável por uma suposta duna. Diante de fato a Associação se dirigiu à delegacia de polícia civil no dia 18/08/14 para registrar o ocorrido. Chegando lá foram informados pelo carcereiro que a delegacia estava de greve, ao mesmo tempo foram informados, disse que a delegacia estava fechada, o delegado estava de férias e a Polícia Civil estava de greve, ao mesmo tempo foram informados que a delegacia reabriria dia 23/08/14 data em que retornamos e lá chegamos foram recebidos pelo Sr. Juvenal encrivão da Polícia Civil que nos informou não poder registrar a ocorrência, pois, não cabe a delegacia de polícia resolver e encaminhar conflitos relacionados a terra, que a Associação deve diretamente ao Fórum. No dia 23/08/14 mais uma vez a Associação procurou a Delegacia para mais uma tentativa de registrar o conflito e desta vez foram recebidos pelo encrivão Denivaldo que registrou que a delegacia não resolve e nem encaminha conflitos de terra.

Para nossa surpresa no dia 1º/09/14 o encrivão Denivaldo juntamente com o Sr. Pedro Sena e o Sr. Abmael que se apresentou como investigador da Polícia Civil chegaram na comunidade na viatura da Polícia



Inkra inicia relatório técnico de comunidade quilombola da Bahia com história de formação singular

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

Inkra – O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade Tapera Melão, iniciado na semana passada pelo Incra na Bahia (Incra/BA), vai descrever a origem inusitada da área. É que a formação do quilombo ocorreu devido a uma história de amor. Na comunidade, localizada no município de Irará, a 137 quilômetros de Salvador, estima-se que vivam atualmente 190 famílias remanescentes de quilombo.

Tudo começou no século XVIII, quando o ex-seminarista e abolicionista Zezé Martins recebeu a doação de uma fazenda. Ao chegar lá, se apaixonou por uma cativa (ex-escrava). Eles se casaram e Martins passou a doar terras aos ex-escravos da fazenda e a outros que surgiam no local. Martins enfrentou o abandono da família e o preconceito dos que viviam na região, pois ele era branco e a esposa, negra.

A história de formação da comunidade quilombola Tapera Melão foi conhecida antecipadamente por ter sido tema da dissertação da mestre em Geografia Janeide Bispo, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2008. O conteúdo da pesquisa será aproveitado, em parte, para a elaboração do RTID.

O analista em reforma e desenvolvimento agrário do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da regional do Incra Flávio Assiz, responsável pelo relatório, ressalta que levantará as informações complementares indicadas pela Instrução Normativa 57/2009. Esta IN define os procedimentos administrativos para a regularização fundiária de territórios quilombolas.

Emancipação

Assiz, que passou a última semana trabalhando no Tapera Melão, destaca, ainda, a experiência de emancipação em favor de ex-escravos, já naquela época. Antes de morrer, o senhor Zezé Martins teria deixado, em testamento, a área para os ex-escravos, mas essa documentação não foi encontrada.

Segundo a dissertação de Janeide Bispo, com o passar dos anos, passaram a ocorrer grilagens por fazendeiros que adentravam nas terras da comunidade. As famílias também enfrentaram períodos de fome e de necessidade.

Atualmente, os remanescentes de quilombo da comunidade ou são descendentes de Zezé Martins ou de outros ex-escravos a quem ele deu abrigo. Assiz frisa que as famílias são esforçadas e possuem roças produtivas.



Colégio deve indenizar coordenadora dispensada por motivo religioso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

Mauro Burlamaqui, TRT-10

Por considerar que houve discriminação de cunho religioso no ato de dispensa de uma coordenadora educacional, a Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-10) manteve sentença que condenou o Colégio Notre Dame de Brasília a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 15 mil à trabalhadora.

A coordenadora ajuizou reclamação trabalhista após ser dispensada, sem justa causa, em julho de 2013. Ela afirmou que sua dispensa foi motivada por ato discriminatório decorrente de boato difundido por uma colega de trabalho que teria lhe atribuído a condição de macumbeira e mãe de santo. Já a escola sustentou que o motivo da dispensa seria o desempenho profissional da coordenadora.

A ação foi distribuída à 16ª Vara do Trabalho de Brasília. Após ouvir os depoimentos das testemunhas, o juiz Luiz Fausto Marinho de Medeiros considerou caracterizada a discriminação. Segundo ele, ao alegar que a motivação da rescisão contratual teve por fundamento o desempenho profissional da obreira, o empregador "atraiu para si o encargo de comprová-la, por se tratar de fato modificativo do direito postulado". Mas, segundo o magistrado, o colégio não se desincumbiu de comprovar o fundamento da dispensa.

O Colégio Notre Dame recorreu ao TRT-10, e os desembargadores da 1ª Turma decidiram manter a condenação. "Evidenciado nos autos que a conduta da reclamada representou prática discriminatória em face da opção religiosa da empregada, configurando-se em abuso do poder potestativo do empregador, emerge daí o ato ilícito, com repercussão na esfera moral do empregado, passível de reparação. Correta, portanto, a sentença a quo, que fica mantida por seus próprios fundamentos", explicou em seu voto a desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, relatora do caso.

Com, esse fundamento, por unanimidade, a Turma manteve a sentença que condenou o colégio ao pagamento de indenização no valor de R\$ 15 mil à coordenadora.

Processo nº 0001786-76.2013.5.10.016



Se eles podem, todos podem? Índios se armam e expulsam invasores de Terra Indígena no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 04.09.2014

Não é de hoje que nós do Questão Indígena estamos alertando para a ação dos índios Urubu-Kaapor, no noroeste do Maranhão. Os índios organizaram milícias armadas e começaram a fiscalizar as fronteiras do que dizem ser "seu território". Agindo como uma força paramilitar, a milícia indígena tem atacado acampamentos, destruído e apreendido equipamentos e violentado pessoas que acusam de estarem invadindo a terra indígena. Fica a pergunta: Se os índios podem se armar para defender aquilo que acreditam ser seu território, os produtores também podem?

É certo que a ação de madeireiros no interior da área demarcada para os urubu-kaapor é ilegal. Mesmo se tiver, como é comum, a convivência de algumas lideranças indígenas mediante o pagamento de propina, a atividade é ilegal. Mas o fato de os madeireiros serem não dá aos índios o direito de fazer justificações.

As imagens divulgadas hoje pela Agência Reuters mostrando a força paramilitar dos urubu-kaapor armada com espingardas de grosso calibre prendendo e espancando não indígenas foram comemoradas nas redes sociais. A militância indigenista radical aplaudiu a ação dos índios. O grupo parece julgar moral a violência por parte dos índios em nome da proteção do território indígena. O próprio Conselho Indigenista Missionário, organização ligada à igreja católica, divulgou as imagens com um certo ar de felicidade. Nenhum palavra de repreensão foi ouvida.

Mas, e se fosse o contrário? E se os produtores rurais do Mato Grosso do Sul, Paraná e Bahia se armarem e agirem com violência em defesa de suas terras? Terrão a mesma condescendência?

É claro que não. E nem podem.

Violência é violência. Barbárie é barbárie. Os índios registrados pelas imagens da Reuters não são melhores do que os brancos que violaram direitos indígenas no passado. São todos iguais. Igualmente canalhas.

A proteção das terras indígenas tem que ser feita pelo Estado brasileiro. Pela polícia federal, pelo Exército e pela Funai. A ação dos urubu-kaapor diante da omissão do estado é ilegal e fará com que a população não indígena do entorno hostilize os índios como aconteceu em Humaitá, Amazonas.

O estado brasileiro precisa desarmar os índios e proteger as terras deles, ou não terá moral para coibir os agricultores que decidirem agir da mesma maneira.



Terra Indígena Raposa Serra do Sol vira rota do tráfico de drogas em Roraima
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 04.09.2014

Uma operação conjunta da Polícia Civil e Militar de Roraima apreendeu três quilos de maconha e deteve Euclides da Costa Manganbeira, de 28 anos, um adolescente, de 14, em uma área indígena no município de Uiramutã, Nordeste de Roraima, na manhã da última quarta-feira (3).

A dupla suspeita de tráfico de drogas estava em uma motocicleta quando foi abordada e, segundo a polícia, durante a revista foi encontrado entorpecente acomodado em duas mochilas. Os dois confessaram que venderiam a droga em Boa Vista. O maior já esteve preso pelo mesmo tipo de crime.

Uiramutã faz fronteira com Venezuela e Guiana. De acordo com o delegado do município de Pacaraima, Fernando Olegário, com os suspeitos foi encontrada ainda quantia de R\$ 1.021.

"A droga estava escondida em duas mochilas que eles carregavam. Cada uma continha um quilo e meio da droga. O objetivo da operação é combater o tráfico de drogas e a venda de bebidas alcoólicas nas comunidades indígenas", esclareceu.

À polícia, Euclides da Costa disse que comprou a droga na Guiana e iria vendê-la em Boa Vista. Ele e o adolescente foram parados quando saíam de Uiramutã em deslocamento para a capital com o entorpecente

"Eles se dirigiam ao bairro Araceli Souto Maior [zona Oeste da cidade]. O maior confessou o tráfico. Inclusive, iria distribuir no Beiral [ponto de venda de drogas]. Ele revelou preparar as trouxinhas e vender cada a R\$ 10", explicou o delegado.

Conforme o delegado, Euclides da Costa tem dois irmãos presos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, um por tráfico de drogas e outro por furto.

"Ele estava em liberdade provisória. Foi lavrado um auto de prisão em flagrante por tráfico de drogas e associação para o tráfico. É uma família que já vem praticando esse tipo de crime em Roraima", ressaltou

O adolescente foi encaminhado ao Centro Socioeducativo (CSE), em Boa Vista. "Quando há grave ameaça, violência à pessoa ou crime hediondo a lei prevê que o menor seja encaminhado à instituição onde há medidas disciplinares", elucidou Olegário, acrescentando que Euclides da Costa foi conduzido à Penitenciária Agrícola.

O delegado ressaltou que há o combate intensivo contra o tráfico de drogas dentro das áreas indígenas. "Os homens chegam em casa embriagados ou drogados e praticam violência contra esposas e filhos. A operação conjunta é para minimizar esse reflexo negativo", concluiu.



Projeto sorrisos ribeirinhos

SÍTIO ABO/PA, 05.09.2014

O Projeto Sorrisos Ribeirinhos tem o objetivo de promover a saúde bucal, realizar atendimento odontológico e fazer um levantamento epidemiológico da situação atual de saúde bucal da população ribeirinha, residente nas ilhas localizadas às proximidades da Região Metropolitana de Belém, buscando dados especificamente sobre cárie dentária, doença periodontal e câncer de boca.

O "Sorrisos Ribeirinhos" presta atendimento odontológico em caráter preventivo e emergencial nas comunidades ribeirinhas, mas em caso de tratamento curativo, cirúrgico ou restaurador especializado, o paciente é encaminhado para a ABO-PA, ou instituições de saúde pública, após as devidas notificações, como de casos suspeitos de câncer de boca.



Povo Apinajé participa de Plebiscito Popular Por Um Novo Sistema Político

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.09.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Nesta Semana da Pátria, no período de 01 a 07 de setembro de 2014, está sendo realizado em todo o Brasil o Plebiscito Popular Por Um Novo Sistema Político, trata se um movimento popular que está sendo organizado e realizado pela população brasileira visando mudar as regras do atual sistema político. Durante a votação estamos respondendo a seguinte pergunta: "Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político"?

Todos devemos participar dessa grande mobilização cívica em favor do Brasil. Mais de 300 organizações da sociedade civil estão envolvidas nesse Plebiscito e no último dia de votação, em 07 de setembro, todos estão convocados a ir às ruas participarem do 20º Grito dos Excluídos.

Em nossas aldeias aqui em Tocantinópolis, no Norte do Estado do Tocantins, também estamos mobilizados. Desde dia 01/09 já visitamos 09 aldeias Apinajé com uma urna móvel, que já arrecadou mais de 200 votos. Descontentes e insatisfeito com a política nossa população indígena também está animada participando e votando nesse importante Plebiscito Popular.

Queremos mudar as "Regras do Jogo", pois a cada dia que passa essa política nos decepciona e nos envergonha, por que está sendo pensada pelos ricos e para os ricos sem nossa participação. Atualmente a grande maioria dos Parlamentares (Senadores e Deputados Federais) que hoje estão no Congresso Nacional não nos representa, por que estão alinhados somente com as grandes empresas e seus interesses econômicos.

Ao invés de demarcar e garantir as terras indígenas, esses políticos ficam inventando lambanças para prejudicar ainda mais nosso sofrido povo. "Cadê o atendimento adequado à Saúde?" "Queremos Saneamento Básico nas Aldeias"!!!!.... Esse é o grito da população indígena indignada com esse descaso político. Tá faltando responsabilidade social dos políticos e sobrando paciência de nossa população massacrada e oprimida. Por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Votamos SIM!!!

Tocantinópolis – TO, 05 de setembro de 2014



Curso: para enxergar História e Cultura indígenas em SP
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.09.2013

Investigue neste fim de semana – na redação de “Outras Palavras” e nas ruas do centro – a vasta presença dos índios na metrópole. Saiba como não ser indiferente a ela

Por Antonio Martins – Outras Palavras

Num texto recente, o linguista e dissidente norte-americano Noam Chomsky notou que os governos e mídia alinhados a Washington precisam efetuar uma operação ideológica especial, para justificar a agressão permanente praticada por Israel contra os palestinos. Implica tratá-los como impessoas (“unpeople”). Só tornando-os invisíveis é possível apoiar Telaviv e considerar-se, simultaneamente, partidário da Democracia e dos Direitos Humanos.

Neste fim de semana, em São Paulo, será possível compreender e debater um fenômeno semelhante: a invisibilização dos povos indígenas brasileiros. Num curso em duas etapas – conceitual no sábado, prática-peripatética, no domingo – o historiador Carlos José Santos abordará a presença dos povos originais no coração metrópole. Além disso (e talvez mais importante), fornecerá elementos para reenxergá-los, invertendo o processo descrito por Chomsky. Autor de diversos livros e artigos sobre a tentativa de dominação simbólica dos oprimidos, também doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, Carlos é professor na Universidade Federal de Santa Cruz, em Ilheus-BA. Indígena ele próprio, participa ativamente das lutas pela demarcação da terra tupinambá, na região. Estará acompanhado de quatro líderes deste movimento, o que permitirá, além de tudo, um debate sobre a relação atual entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

O curso é intenso. Em sua parte conceitual (no sábado, das 9h às 16h, na nova sede de Outras Palavras, no Bixiga), constituída de quatro módulos (veja programação ao final do post), procura identificar e desconstruir os processos sociais e as ideias que tornam os povos indígenas invisíveis no Brasil. Do ponto de vista material, eles são levados a se dissolver na cidade. Uma parcela ínfima dos paulistanos conhece, por exemplo, as aldeias guaranis no município – ademais, convertidas em favelas; ou sabe que há pelo menos seis povos com presença sólida na metrópole (guaranis, terenas, caigangues, pancararus, pancararés e tupinambás).

Mas Carlos debaterá, além deste, o aspecto simbólico da invisibilização. Para desaparecerem de fato, os povos indígenas precisam ser reduzidos a caricaturas. Associamo-los a imagens como a choupana ou o corpo nu. Não nos damos conta que permanecem presentes em nossa cultura e sociedade. Foram destituídos de seu território e de parte de seus costumes – mas não de sua singularidade. É perfeitamente possível identificá-la em nossas cidades – mas para isso, é preciso superar conceitos homogenizantes, como a própria palavra “índio”.

A exposição e debate teóricos do sábado serão aplicados no domingo. Os participantes irão se
CONT.



encontrar às 14h, no Pátio do Colégio e percorrer as ruas do Centro. Poderão desvendar elementos vivos da presença indígena exatamente no ponto onde se deu o primeiro choque entre o colonizador e os habitantes originais da terra. Ao final, haverá roda de conversa com os participantes da luta pela demarcação das terras tupinambás no Sul da Bahia.

Dirigido a todos os interessados em examinar a fundo as culturas indígenas (inclusive professores dispostos a apresentá-las curricularmente a seus alunos), o curso oferece certificado de participação. A taxa de inscrição é R\$ 150 e inclui documento valioso: um CD com textos, fontes, biografia, fotos, mapas, músicas e vídeos sobre as temáticas tratadas. Professores, estudantes e ativistas de movimentos sociais — além de participantes do programa Outros Quinhentos e colaboradores editoriais de Outras Palavras — pagam R\$ 100. É possível parcelar em duas vezes. As vagas são limitadas. Inscrições podem ser feitas por email (carlos.josee@uol.com.br) ou formulário disponível em página no Facebook.

—

História e Culturas Indígenas e a cidade de São Paulo:
Abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino (Lei 11.645)

SÁBADO, 6/9, das 9h às 16h
Na sede de Outras Palavras
Rua Conselheiro Ramalho, 945 – Bixiga – São Paulo (veja mapa)

> Apresentação
A importância do estudo sobre as histórias, culturas e saberes indígenas

> Módulo I
Conceitos iniciais e a palavra índio / e com a palavra, o índio

- História como um conhecimento construído
- Cultura e suas variações
- Espaço, território e lugar
- Etnia, religião/religiosidade, rituais
- História, memória e oralidade

> Módulo II
De terra de índios à “invenção” do Brasil: o caso de São Paulo

- Presença identitária indígena
- O “achamento do Brasil”: “Paraíso” e ou “Inferno”
- Aldeias e Aldeamentos: imposições, resistências e ou reelaborações
- “Demônios e Querubins”
- “Índios e as teorias raciais

> Módulo III
Os povos indígenas, suas lutas e relações com o Estado brasileiro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

-
- Colônia, Império e República: entre o extermínio, afastamento e tutela sobre os índios
 - Diferentes formas de reelaborar as existências indígenas
 - Os "ressurgimentos" e resistências indígenas

> Módulo IV

Encontros, desencontros e estranhamentos: Quem é Índio?

- O que significa ser índio no Brasil?
- Índio ou Povos Indígenas?
- Educação, escola indígena e ensino das Histórias / Culturas indígenas
- Lei 11.645/2008: a "lei tarda mas não"?

Domingo, 7/9, das 14 às 16h
Pátio do Colégio

> Aula de Campo

No centro de São Paulo, partindo do Pátio do Colégio e caminhando por territórios que são vestígios da presença indígena em São Paulo



Projeto em regime de urgência simplifica pesquisa, exploração, consentimento e pagamento por uso da biodiversidade brasileira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.09.2014

[No caso dos povos indígenas e comunidades tradicionais,] “A proposta inova ao estabelecer em lei as formas de comprovação de consentimento prévio para o acesso aos conhecimentos que têm origem identificável: assinatura de termo; registro audiovisual do consentimento; parecer do órgão oficial competente; adesão na forma prevista em protocolo comunitário; ou laudo antropológico independente”. [destaque: TP]

Agência Câmara de Notícias

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7735/14, do Poder Executivo, que revisa a legislação que trata de pesquisa científica e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos; e dos conhecimentos indígenas ou tradicionais sobre propriedades e usos de plantas, extratos e outras substâncias. O projeto tramita em regime de urgência constitucional e tranca a pauta do Plenário desde 11 de agosto.

Entre as principais novidades estão a simplificação de procedimentos para pesquisa científica; e a alteração de regras sobre a repartição de benefícios dos produtos derivados da utilização de recursos genéticos, uma espécie de royalty pago pelas empresas sobre o uso de conhecimentos tradicionais ou de substâncias encontradas em plantas ou animais.

A proposta atualiza a Medida Provisória 2.186-16/01, que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), mas não traz regras para pesquisas ligadas à agricultura e produção de alimentos – que continuarão reguladas pela MP. O projeto ou a MP tampouco regulamentam as pesquisas sobre o patrimônio genético humano, que estão sujeitas a legislação específica.

O governo argumenta que a proposta tem o objetivo de substituir o modelo atual – voltado quase exclusivamente para o comando e o controle – por um sistema ancorado em mecanismos de estímulo à pesquisa, monitoramento e rastreabilidade.

Pesquisa

A proposta simplifica o trabalho de pesquisadores brasileiros, de instituições brasileiras e de empresas com sede no exterior vinculadas a entidades nacionais, que precisarão apenas de um cadastro declaratório para ter acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional, bem como para a remessa de amostra para o exterior. A remessa para dentro do País não necessitará de cadastro.

Atualmente, é necessária autorização prévia do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) para o início das pesquisas, processo que leva tempo e exige grande documentação do pesquisador.

CONT.



Segundo o governo, a legislação atual impõe ao pesquisador e às empresas uma série de restrições para o acesso às substâncias que se pretende pesquisar. “Há uma extensa lista de requisitos que precisam ser atendidos e documentos a serem apresentados, independentemente do resultado que aquele acesso possa ter”, diz o texto de justificativa da MP.

Diante da dificuldade, argumenta o governo, várias empresas desistem de incorporar produtos da biodiversidade brasileira em suas linhas de pesquisa ou substituem extratos e substâncias nativas por similares sintéticos ou plantas de outros países para fugir da necessidade de autorização por parte do Cgen. A demora prejudica principalmente a indústria de cosméticos, cujos produtos permanecem menos tempo no mercado.

O acesso e a remessa de substâncias locais por empresas sediadas no exterior não associadas a instituição nacional dependerão de autorização prévia do Ministério da Ciência e Tecnologia, para as pesquisas; ou do Cgen, para atividade de desenvolvimento tecnológico. Atualmente, essas empresas estrangeiras precisam necessariamente se associar a uma entidade nacional para acessar o patrimônio genético brasileiro.

O texto proíbe a pesquisa de pessoas físicas estrangeiras.

Venda de produtos

O governo terá de ser notificado antes do início da venda de produtos acabados ou intermediários originados de patrimônio genético nacional ou do conhecimento tradicional. Os produtos intermediários (aqueles que são insumos de outros produtos) só poderão ser explorados economicamente depois de notificação do Cgen.

Para os produtos acabados (remédios, cosméticos, entre outros), além da notificação, é necessária a apresentação prévia do acordo de repartição de benefícios, que prevê o pagamento de royalties ou outra compensação não monetária.

Segundo o projeto, a empresa terá 365 dias a partir da notificação do produto acabado para apresentar o acordo de repartição de benefícios. Já a legislação atual obriga a formalização de contrato de repartição de benefícios a partir do momento em que se identifica o potencial de uso econômico ou a perspectiva de uso comercial – o que pode ocorrer antes mesmo do início da pesquisa.

Comunidades indígenas e tradicionais

O projeto mantém a proteção aos conhecimentos tradicionais e indígenas sobre técnicas e propriedades associadas ao patrimônio genético brasileiro. As comunidades e os povos tradicionais terão o direito de participar da tomada de decisões sobre o uso de seus conhecimentos, de receber pagamento pela exploração de suas técnicas e ter indicada a origem do acesso ao conhecimento em todas as publicações.

A proposta inova ao estabelecer em lei as formas de comprovação de consentimento prévio para o acesso aos conhecimentos que têm origem identificável: assinatura de termo; registro audiovisual do consentimento; parecer do órgão oficial competente; adesão na forma prevista

CONT.



em protocolo comunitário; ou laudo antropológico independente. Os conhecimentos tradicionais cuja origem não pode ser identificada prescindirão de qualquer consentimento prévio.

O texto também garante a participação de indígenas e comunidades tradicionais na tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e repartição dos benefícios decorrentes desse acesso.

Tramitação

O projeto será analisado por uma comissão especial e pelo Plenário.

Íntegra da proposta:

PL-7735/2014

Reportagem – Carol Siqueira

Edição – Pierre Triboli

Projeto obriga fabricante a pagar compensação por uso de biodiversidade

O Projeto de Lei 7735/14 desloca para o fabricante de produto final produzido com acesso a substâncias de fauna e flora nacionais ou a partir de conhecimento tradicional a responsabilidade pelo pagamento da compensação pelo uso do patrimônio, chamada repartição de benefícios.

Essa repartição poderá ser monetária, com o pagamento de royalties; ou não monetária, com transferência de tecnologia, projetos de conservação, quebra de patentes ou distribuição gratuita de produtos.

Se o fabricante optar pela compensação em dinheiro, deverá pagar 1% da receita líquida anual obtida com a exploração econômica. Esse valor poderá ser reduzido para até 0,1% por acordos setoriais com o governo, para não comprometer a competitividade.

Parte dos recursos será aplicado no Fundo Nacional para Repartição de Benefícios, que também será composto de recursos orçamentários, doações e multas. Esse dinheiro vai financiar um programa de conservação da diversidade biológica e proteção dos conhecimentos tradicionais.

Regras de compensação

O fabricante do produto final será obrigado a pagar compensação mesmo que não tenha sido responsável pelas pesquisas ou pelo acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional.

Se o produto for importado, a responsabilidade será dividida entre o fabricante e o importador. Pela legislação em vigor (MP 2.186-16/01), o contrato de repartição de benefícios é estabelecido no início da cadeia, quando há potencial de uso econômico da pesquisa.

A proposta isenta de repartição de benefícios os produtos intermediários (insumos); e as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

operações de licenciamento, transferência ou permissão de uso de patente sobre produto acabado ou processo; e os microempresários.

A cobrança terá como referência a Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, definida por regulamento.

O projeto permite a regularização de pesquisadores e empresas que descumpriram a norma, com a possibilidade de extinção das multas no caso de total regularização.

Tramitação

O projeto, de autoria do Poder Executivo, será analisado por uma comissão especial e pelo Plenário. O texto tramita em regime de urgência e tranca a pauta desde 11 de agosto.

Íntegra da proposta:

PL-7735/2014

Reportagem – Carol Siqueira

Edição – Pierre Triboli



Fundo Clima financia projetos em terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 05.09.2014

Terras Indígenas localizadas no Cerrado e Caatinga receberão investimentos de R\$ 2,8 milhões para o apoio à elaboração de planos de gestão territorial e ambiental que devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e para o incentivo ao uso sustentável da biodiversidade. As propostas deverão ser apresentadas até 17 de novembro.

Os recursos destinados aos projetos aprovados apoiarão a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, informa o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Serão assegurados até R\$ 150 mil para cada uma das propostas que poderão ser apresentadas por organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas, e fundações de direito privado, que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

O Fundo Clima financia iniciativas que contribuam com a redução dos impactos da mudança do clima e com a adaptação a seus efeitos. Os recursos não reembolsáveis, como é o caso desses que favorecem as terras indígenas, são operados pelo MMA.

Planejamento

"Há previsões de redução de 35% a 45% de chuvas no Cerrado até 2100, com graves perdas de fauna, flora e comprometimento dos modos de vida indígenas", relata o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme Cabral. "E a Caatinga é o bioma mais vulnerável às mudanças climáticas que decorrem do desmatamento."

Ele explica que os recursos serão destinados a projetos que favoreçam as iniciativas indígenas para o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental e o manejo de cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis que mobilizem as comunidades para a proteção de seus territórios.

Parceria com a Funai

O edital de seleção foi publicado no último dia 28 de agosto, no Diário Oficial da União, e os recursos serão provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é presidido pelo MMA.

O projeto denominado "Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas" é uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

Saiba mais

O Fundo Clima é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e disponibiliza recursos em duas modalidades, a saber, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA. Um percentual de 2% da verba anual fica reservado para o pagamento do agente financeiro e quitação de despesas relativas à administração e gestão.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Dia da Amazônia: liderança Kaxinawa fala sobre importância da floresta para indígenas

SÍTIO CONTILNET, 05.09.2014

Em comemoração ao Dia da Amazônia, programa Amazônia Brasileira entrevista liderança e pajé do Povo Kaxinawa do Acre.

Em comemoração ao Dia da Amazônia, nesta sexta-feira (5), o programa Amazônia Brasileira entrevista Ninawa Huni Kuin, liderança e pajé do Povo Kaxinawa do Acre. Ninawa é uma das lideranças mais respeitadas no movimento indígena, por seu saber tradicional e por sua luta pela preservação da floresta e, assim, dos valores culturais e religiosos que ela representa.

Líder de um dos maiores povos indígenas do Brasil em número de pessoas, Ninawa se destaca pela sua sabedoria em relação à natureza, já que, desde pequeno, foi preparado para o cargo de cacique e pajé, tendo assim sua vida dedicada ao conhecimento dos saberes tradicionais de sua etnia. Além disso, foi à escola dos não índios e está estudando para cursar Direito na Universidade Federal do Acre.

O enfoque da entrevista será a vida na Amazônia e a importância que a floresta tem para a manutenção da sobrevivência dos povos indígenas e de outros povos tradicionais, não apenas no sentido objetivo, do sustento físico, mas também da sobrevivência cultural e cosmológica desses povos.

Acompanhe o Amazônia Brasileira desta sexta-feira (5). O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h (horário de Brasília) na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h (horário local). Você também pode ouvir o programa no mesmo horário, ao vivo, aqui no site das Rádios EBC. A apresentação é de Beth Begonha.



A identidade da juventude indígena em debate - Bloco 2

SÍTIO CAMARA DOS DEPUTADOS, 05.09.2014

Os jovens índios enfrentam o desafio de preservar a identidade cultural de seus povos ao mesmo tempo em que lidam com a chegada dos costumes das cidades

Vivemos o mito das três raças que formam o povo brasileiro; somos um pouco de europeus, negros e indígenas. Mas o que sabemos da cultura indígena?

Quando os portugueses chegaram, em 1500, encontraram cerca de 5 milhões de nativos. Hoje, depois de muitas batalhas e doenças, os povos indígenas chegam a pouco mais de 1 milhão de habitantes. A maioria mora na região Norte, com hábitos e línguas diferentes, mas ainda batalhando para preservar suas raízes culturais.

E como os jovens reagem à chegada dos costumes das cidades, como novas tecnologias e oportunidades? Para eles, que representam o futuro de seus povos, o dilema é mais difícil. E as barreiras, maiores. Não podemos esquecer que apesar de serem os verdadeiros brasileiros, são constantemente vítimas de discriminação. As oportunidades para os indígenas não são as mesmas dos brancos.

Como a juventude indígena preserva sua identidade é o tema deste Câmara Ligada. Participam do debate os deputados Domingos Dutra (SD-MA), Ivan Valente (Psol-SP), Moreira Mendes (PSD-RO) e Professor Sétimo (PMDB-MA). E ainda: a estudante de Antropologia da Universidade de Brasília, Gabriela Pinheiro, da nação Kariri Xocó; pelo David Martim, que faz parte do Movimento de Articulação dos Povos Indígenas e é guarani; e a vereadora ingaricó, Secilita Sales, que mora em Uiramutã, em Roraima.

A banda convidada do Câmara Ligada é a Sonissini Mavutsni, de Goiás, que toca reggae em tupi. Na plateia temos estudantes do CEAN, EduSesc de Taguatinga Norte, e estudantes indígenas da Universidade de Brasília.

Músicas: Awayulu; Paraná; Kumupa; e Kukia.

Apresentação - Evelin Maciel

Direção - Maíra Brito



SDR Xanxerê realiza reformas nas escolas indígenas

SÍTIO BOMDIA SC, 05.09.2014

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Xanxerê, realiza obras nas escolas indígenas. Nesta quinta-feira, 4, foi assinada a ordem de serviço para a reforma geral do ginásio da EIEF Cacique Vanhkre, em Ipuçu, que terá investimentos no valor de aproximadamente R\$ 270 mil. O ato aconteceu informalmente, em uma sala de aula da escola.

De acordo com o secretário regional Carlos Augustinho Colatto, também está prevista a ampliação da EIEF Paiol de Barro e autorizada a licitação da EIEF Pinhalzinho (que deve ser licitada após o período eleitoral). As três escolas estão localizadas na Terra Indígena Xapecó.

O cacique Osmar Barbosa acompanhou a assinatura e agradeceu o empenho do Governo em providenciar as melhorias estruturais e de segurança. "Além das câmeras de segurança, vamos ter mais vigias e nova cerca na escola e isto é muito importante para dar mais segurança", declarou o cacique.

Também acompanharam o ato de assinatura a gerente de Educação Marivete Brunel Zaffari e a diretora da escola, Anisia Magistralli Belino, além de lideranças da comunidade indígena local.



Boletim de Notícias - Edição nº 157 / 2014

Brasília, 05 de setembro de 2014.

Jornal da Band: Ricardo Boechat compara Ministro da Justiça a um palhaço. Justiça manda governo cumprir ordens de reintegração de posse no sul da Bahia
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 05.09.2014

A justiça deu prazo de 45 dias para que o governo federal tome providências para desocupar fazendas invadidas há meses por índios no sul da Bahia. Existem ordens de reintegração de posse que não foram cumpridas. Omissão do Governo tem resultado em violência na região onde um agricultor está desaparecido há mais de um mês.

Justiça notificou, além do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Polícia Federal e a própria presidente da república Dilma Rousseff.

Veja a íntegra da matéria do Jornal da Band de ontem, 04, e não perca o comentário do jornalista Ricardo Boechat:

<http://www.questaoindigena.org/2014/09/jornal-da-band-ricardo-boechat-compara.html#more>